

## USP perde mais de 750 docentes efetivos desde 2014

**Aumento dos pedidos de desligamento voluntário foi destaque em reportagem da *Folha de S. Paulo*. Nos últimos três anos, de acordo com o jornal, 73 professores pediram exoneração e outros 70 solicitaram afastamento não remunerado. Oportunidades em outras instituições, aumento da pressão produtivista e precarização das condições de trabalho são alguns dos fatores apontados**

Reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 28/1 demonstra que o número de professores que pedem para sair da USP “deu um salto nos últimos três anos”. O texto, assinado pela repórter Angela Pinho, apresenta levantamento realizado com base na Lei de Acesso à Informação e aponta que, de 2017 a 2019, 73 docentes pediram exoneração da universidade e 70 solicitaram afastamento não remunerado. Nos três anos anteriores, esses números foram, respectivamente, de 47 e 23 (<https://bit.ly/38INX2a>). Na avaliação da Adusp, com base na folha de pagamento da universidade, os números podem ser ainda maiores.

“A crescente saída de docentes está ligada a melhores oportunidades de trabalho no exterior e em outras instituições educacionais do país. Outros motivos citados por pesquisadores são a situação política do Brasil e os cortes na ciência, além de questões pessoais”, diz a reportagem.

A *Folha* obteve informações sobre a situação atual de 42 dos 73 docentes que pediram demissão da USP nos últimos três anos. Cerca de metade (22) foi trabalhar, lecionar ou fazer pesquisa em instituições no exterior; oito saíram para universidades federais e cinco para instituições de ensino privadas.

De acordo com a reportagem, o Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) de São Carlos está entre as unidades que mais perderam docentes – em 2015, eram 141, incluindo os temporários, contra 126 na atualidade. O êxodo, explicou ao jornal o vice-diretor da unidade, André Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, “deve-se principalmente ao

mercado internacional aquecido nas áreas de ciência de dados e inteligência artificial”. Em regra, continua o texto, “quem pede para sair é porque recebeu convite para sair do país, seja para migrar para uma instituição acadêmica ou uma empresa”.

A consequência da evasão, considera Carvalho, “é a sobrecarga dos que ficam e a interrupção de diversas pesquisas em andamento”. “O Brasil está perdendo a onda em inteligência artificial porque não tem gente suficiente”, afirmou ao jornal.

**Pressão e depressão.** Um dos depoimentos mais contundentes obtidos pela reportagem da *Folha* foi dado por um docente da área de engenharia que saiu para uma universidade federal em outro estado por razões familiares e preferiu não se identificar. Sua fala resume dificuldades enfrentadas por muitos docentes submetidos às exigências produtivistas das instâncias da administração e da burocracia da universidade, como a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) e o novo sistema de “avaliação” centralizada – objeto de publicação especial da Adusp em outubro de 2018 (<https://bit.ly/2HEVm6K>).

“A pressão por resultados no estágio inicial da carreira na USP” foi citada pelo professor “como um fator que tem levado colegas à depressão, o que pode contribuir para a insatisfação com o trabalho”. “O período de estágio probatório é agressivo, principalmente na USP, porque você tem que produzir, aprender a preparar aula e fazer parte dos conselhos da uni-

versidade para ganhar pontos para a progressão na carreira. Você trabalha mais de oito horas por dia, escreve artigo no fim de semana e é comum o parecerista do relatório de estágio probatório reclamar da sua produção”, disse o professor ao jornal. “Sem dúvida nenhuma, tem-se um orgulho em ser professor da USP. Mas isso só vale do portão para fora, ou seja, para a sociedade. Dentro, você é apenas mais um.”

O reitor Vahan Agopyan enviou declaração por escrito ao jornal afirmando que “o fato de mantermos um teto muito baixo era extremamente desmotivante para professores mais antigos e significava uma frustração para os jovens, que acabavam optando por seguir carreira em lugares onde não há esse tipo de limitação”. Agopyan faz referência à recente decisão do Supremo Tribunal Federal que igualou o teto salarial dos docentes das universidades estaduais ao das federais (<https://bit.ly/2T1Eix2>).

É o mesmo tom adotado em nota emitida pelo presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), Marcelo Knobel, reitor da Unicamp. O Cruesp considera que a decisão de equiparar o teto “representa um passo importante para corrigir distorções da Constituição Federal e evitar a fuga de docentes e pesquisadores das universidades estaduais paulistas, preservando, assim, as condições necessárias para que elas se mantenham entre as melhores da América Latina”.

**Déficit cresce.** “O que está ocorrendo atualmente na universidade, com salários cada vez mais baixos e sem reposição das perdas inflacionárias, piso baixo, estágio probatório agressivo, falta de apoio e uma série de dificuldades, faz com que os docentes acabem pedindo demissão, o que era raro e agora está se tornando frequente”, considera o presidente da Adusp, professor Rodrigo Ricupero. “O número de pedidos de afas-

tamento com prejuízo de vencimentos indica que essa tendência vai seguir crescendo.”

As demissões e pedidos de afastamento voluntário agravam um quadro geral de queda do número de docentes da USP, conforme o *Informativo Adusp* vem apontando reiteradamente. Em setembro de 2014, primeiro ano da gestão M.A. Zago-Vahan Agopyan, a folha de pagamento registrava 6.142 efetivos. Em dezembro de 2019, eram 5.389. Mesmo com as contratações no período, o déficit é de 753 docentes (número que inclui aposentadorias, falecimentos e outros afastamentos).

A tendência de alta nos desligamentos se verifica também na Unicamp: entre 2014 e agosto de 2019, foram registradas 469 aposentadorias e 84 pedidos de demissão. Chama a atenção o fato de que, na comparação entre 2018 e o ano passado, o número de pedidos de demissão mais do que dobrou: de 11 para 23, enquanto o total de aposentadorias já havia chegado a 90 – nos dois casos, é bom lembrar, ainda faltando computar os últimos quatro meses do ano. O total de docentes ativos da universidade caiu de 1.910 em 2016 para 1.865 em 2018.

“O arrocho salarial nas universidades estaduais paulistas se reforçou no período da crise econômica, entre 2015 e 2019, tornando o mercado das universidades privadas mais atrativo. A possibilidade de estagiar no exterior, com grande chance de lá permanecer, também ocorre”, avalia o professor Wagner Romão, presidente da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp) e coordenador do Fórum das Seis.

Na Unesp, o número de pedidos de exoneração e rescisão contratual também voltou a subir nos últimos anos. Em 2017 foram nove, no ano seguinte houve um aumento expressivo para 16 e, em 2019, foram 15. De 2010 a 2019, o total chega a 201 – média de 20 por ano. O número de docentes

# Pressionada, Reitoria autoriza distribuição de marmitex para todos os alunos da USP de Ribeirão Preto

Serviços do Restaurante Universitário foram suspensos em 19/2, após encerramento do contrato com empresa terceirizada, afetando cerca de 3 mil alunos de graduação e pós-graduação



André Oliveira

O Diretório Central dos Estudantes (DCE Livre) anunciou em 14/2 que foi vitoriosa a pressão exercida sobre a Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto (PUSP-RP) para que, depois do dia 19/2, fossem fornecidas refeições (marmitex) para a totalidade dos estudantes que dependem do Restaurante Universitário (RU). Naquela data terminou o contrato com a empresa terceirizada que prepara as refeições servidas no RU, que optou por não prorrogá-lo.

A PUSP-RP vinha dialogando com DCE, Associação dos Pós-Graduandos de Ribeirão Preto (APG-RP) e Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), mas prometia atender apenas os estudantes mais vulneráveis do ponto de vista social, aqueles de perfil P1. Caso isso acontecesse, grande parte dos discentes de graduação e pós-graduação seria excluída da distribuição das refeições.

“Após uma série de discussões, pressões e manifestações dos estudantes com as entidades representativas do Campus da USP de Ribeirão Preto, na reunião de hoje (14) com o representante da Superintendência de Assistência Social (SAS), a Reitoria declarou que **todos os usuários do Bandeirão serão assistidos** até que a situação do Restaurante Universitário volte à normalidade, e não apenas os estudantes bolsistas com perfil 1 no PAPFE [Programa de Apoio à

Permanência e Formação Estudantil]”, informou, em nota, o DCE Livre.

O *Informativo Adusp* apurou que a PUSP-RP prevê fornecer 1.750 marmitex diários nos dias 20, 21, 27 e 28 de fevereiro e até 3 mil marmitex diários a partir do dia 2 de março.

Estudantes e funcionários realizaram em 11/2 um protesto contra a interrupção dos serviços do RU. Representantes do DCE, da Associação dos Pós-Graduandos de Ribeirão Preto e do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) estiveram à frente da manifestação organizada com a finalidade de “pedir esclarecimentos e providências efetivas” à PUSP-RP.

Durante a manifestação, a vice-prefeita do Campus, professora Carla da Silva Santana Castro, reuniu-se com os cerca de trinta manifestantes, levando junto o funcionário responsável pelos pregões, para que explicasse os detalhes das licitações.

“Foi uma conversa impressionantemente calma, aberta e sem amarras”, relatou ao *Informativo Adusp* o jornalista Luís Ribeiro, diretor do Sintusp e também presente ao encontro. “No final os alunos concluíram que o problema não é do funcionário, nem da licitação: o problema é a terceirização, sujeita a esse tipo de acontecimento. Quem terceiriza pensa no lucro”, disse Ribeiro.

**Sakamoto.** O RU de Ribeirão Preto foi terceirizado em 2017, quando o prefeito do Campus era o professor Américo Ceiki Sakamoto (FMRP), coordenador do projeto “USP do Futuro” encomendado pela gestão M.A. Zago-Vahan Agopyan à consultoria norte-americana McKinsey&Company. Sakamoto é o atual secretário-executivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do governo Doria (PSDB).

Ribeiro observou que o problema hoje vivido em Ribeirão Preto também aconteceu no Campus de Piracacicaba, que ficou seis meses sem restaurante. “O funcionário responsável explicou que, pelo contrato, é preciso esperar que a empresa diga se vai conti-

nuar ou não fornecendo os serviços. Mas o prazo é de 90 dias, muito curto para uma licitação de R\$ 6 milhões, ainda mais no período de férias”.

O diretor do Sintusp lembrou que a entidade sempre se colocou contra a terceirização. “A gente falou que essas coisas iam acontecer. Outras piores podem acontecer. Terceirização não é um ‘mal necessário’, é um mal mesmo. Está sujeita a problemas de continuidade em qualquer área: saúde, ônibus, jardinagem. Correremos sempre esse risco”, advertiu. Na USP de Ribeirão Preto, além do RU os serviços de limpeza, vigilância e transporte interno são terceirizados.

“Os próprios estudantes e o Sintusp vão colocar isso no Conselho Universitário. A ideia de que os setores estratégicos não podem ser terceirizados, e é claro que alimentação dos estudantes é um setor estratégico”, enfatizou Ribeiro. Assim, explicou, será desfechada uma campanha pela “deterceirização” dos serviços que hoje se encontram em mãos de empresas privadas, para que voltem a ser prestados pela própria universidade diretamente.

## HRAC tem 9 mil pacientes na fila de cirurgias, diz radialista de Bauru

O Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), vinculado à Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB-USP) e conhecido na cidade como “Centrinho”, tem atualmente mais de 9 mil pacientes na fila de cirurgias, por falta de anestesistas, e vive processo de sucateamento. A situação é inédita. A denúncia partiu do *Jornal da Manhã* da rádio Jovem Pan News Bauru, em 18/2/2020.

Ainda segundo o programa, o chefe do setor de Otorrinolaringologia teria sido demitido por mensagem de WhatsApp, e substituído por um profissional de São Paulo. Também no setor de Craniofacial o novo chefe é da capital paulista e não de Bauru. “Parabéns aos envolvidos, vocês estão conseguindo arrebentar com o Centrinho”, disse o radialista Alexandre Pittoli.

continuação da matéria de capa

ativos da universidade também vem caindo continuamente: de 3.880 em 2014 para 3.305 em 2018 – uma diferença de 575 docentes.

Além dos atrativos e possibilidades oferecidas por outras institui-

ções do Brasil e do exterior, o professor João da Costa Chaves Junior, presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), cita outros motivos para a saída voluntária de professores da universida-

de. “A Unesp passou por um processo de precarização e deterioração das condições de trabalho mais intenso do que a USP e a Unicamp”, diz. De 2015 para cá, a defasagem salarial na universidade é de

5,27%, porque em duas ocasiões os servidores da Unesp não receberam aumento na data-base. A sobrecarga de trabalho para os que permanecem é uma das consequências da saída sem reposição de docentes.

# Congresso do Andes-SN indica greve nacional da categoria em 18/3

Diretoria do Sindicato Nacional será renovada em maio e duas chapas se apresentaram aos delegados e delegadas. Proposta de desfiliação do Andes-SN da CSP-Conlutas foi rejeitada por 255 votos a 142, mas um Conad Extraordinário foi convocado para aprofundar o debate

Entre as principais decisões do 39º Congresso do Andes-Sindicato Nacional, realizado na USP entre os dias 4 e 8 de fevereiro, está a construção, ainda no primeiro semestre, de uma greve de docentes das universidades federais, estaduais e municipais como forma de defender a universidade pública e os serviços públicos dos ataques do governo de Jair Bolsonaro.

Os esforços serão para realizar uma greve conjunta com servidoras e servidores públicos federais e trabalhadores do setor privado. Foi deliberado, ainda, que as e os docentes vão se somar à greve geral da Educação de 18 de março, convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O Congresso do Andes-SN deliberou que as seções sindicais têm até 13 de março para realizar assembleias gerais nas quais se discutirá a greve. Em seguida, nos dias 14 e 15 de março, em Brasília, ocorrerá reunião do Setor das Universidades Federais do Andes-SN para avaliar a deflagração da greve a partir das decisões da base da categoria.

Após a avaliação de que os ataques do governo federal à educação pública, como o programa “Future-se”, também impactam os estados e municípios, delegadas e delegados deliberaram por construir a greve das instituições federais de ensino superior juntamente com docentes das instituições estaduais e municipais, buscando articular com as demais entidades uma greve conjunta do setor da Educação. Será dada continuidade à luta contra o “Future-se”.

Além disso, foi pautada a necessidade de incentivar e implantar a criação, nos estados, do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas; o fortalecimento da Frente Escola sem Mordada (que implica combater o projeto “Escola sem Partido”); e a luta contra a militarização das escolas e a implementação do Ensino a Distância no ensino fundamental, médio e superior.

Foram aprovados ainda encaminhamentos e ações na defesa da autonomia universitária, em relação à nomeação de reitores, defesa das liberdades democráticas e de expressão, bem como da autonomia pedagógica para o livre exercício do ensino, da pesquisa e da extensão. O Congresso decidiu intensificar a luta contra a Medida Provisória 905/2019 (que institui a “Carteira Verde e Amarela”) e medidas similares, bem como contra propostas de lei que ataquem a autonomia universitária, como o PL 4992/2019, e pela revogação das portarias 1.469/2019, 2.227/2019 e contra a MP 914/2019.

**Mobilizar para #8M.** “Encerramos o 39º Congresso com tarefas importantes para combater os ataques que temos sofrido. A mais imediata é a construção de uma grande mobilização para o 8 de março, dia de luta pelos direitos das mulheres”, declarou a professora Michele Schultz Ramos, 1ª vice-presidente da Adusp, que foi a entidade anfitriã do congresso. “No dia 14 de março, quando se completam dois anos dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes, estaremos nas ruas bradando: ‘Quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes?’”

Porém, o #8M é apenas o início da agenda: “Temos ainda a missão de conscientizar toda a comunidade da USP da importância de aderirmos à greve de 18 de março, quando denunciaremos o projeto de desmonte da educação e da ciência instituído pelo governo Bolsonaro/Mourão/Weintraub, coadunado com seu assecla Dória”.

Por fim, Michele acredita que os participantes do 39º Congresso tenham encontrado um ambiente fraterno e estimulante: “Todas e

todos que participaram do Congresso tiveram oportunidade de debater os temas de forma democrática e respeitosa, sem perder a contundência que o atual momento nos impõe. Trabalhamos para receber nossas parceiras e parceiros de luta de forma acolhedora e esperamos que tenham se sentido acolhidos em São Paulo e na USP”.

**Filiação à Conlutas.** O 39º Congresso do Andes-SN deliberou que o Sindicato Nacional permanece filiado à CSP-Conlutas. No dia 7, após cinco horas de intenso debate, com dezenas de intervenções favoráveis e contrárias, houve 255 votos pela manutenção, 142 votos pela desfiliação e 15 abstenções. Porém, os delegados deliberaram, em seguida, pela convocação de um Congresso Nacional de Associações Docentes (Conad) Extraordinário, a realizar-se no segundo semestre de 2020, o qual realizará um processo de balanço crítico da participação do Andes-SN na CSP-Conlutas nos últimos dez anos.

“O Conad avaliará a relevância da CSP-Conlutas e fará a análise de forma mais profunda da filiação à central, remetendo quaisquer decisões ao 40º Congresso do Andes-SN”, segundo informa a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (Adufpel).

“Considero bastante responsável a decisão da plenária de propor o balanço crítico da CSP-Conlutas”, destacou o professor Rodrigo Medina, 1º vice-presidente da Regional São Paulo do Andes-SN, a quem coube presidir a mesa que coordenou os debates. “Uma das tarefas que nos é imposta é a de pensar o pa-

pel das centrais sindicais na luta. Nós não queremos dividir o movimento sindical, e sim queremos estar junto de quem está na luta, em uma perspectiva classista. Diante do apresentado, acho saudável fazer um balanço crítico da atuação da CSP-Conlutas”, afirmou Medina.

**Eleição do Andes-SN.** Duas chapas se inscreveram para concorrer à eleição para a diretoria do Andes-SN no biênio 2020-2022, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de maio, em todo o Brasil. As chapas têm até o dia 9 de março para apresentar sua nominata completa. Ambas são presididas por professoras.

A Chapa 1, “Unidade para Lutar: Em Defesa da Educação Pública e das Liberdades Democráticas”, é composta por Rivânia Moura (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), presidente; Maria Regina Ávila (Universidade Federal de Santa Catarina), secretária-geral; e Amauri Frago de Medeiros (Universidade Federal de Campina Grande), 1º tesoureiro.

A Chapa 2, “Renova Andes: Para Defender a Educação, a Universidade, os Serviços Públicos, a Soberania Nacional e a Democracia”, é formada por Celi Taffarel (Universidade Federal da Bahia), presidente; Luis Antônio Pasquetti (Universidade de Brasília), secretário-geral; e Paulo Opuska (Universidade Federal do Paraná), 1º tesoureiro.

**40º Congresso.** Porto Alegre (RS) vai sediar o 40º Congresso do Andes-SN, que ocorrerá no início de 2021.

(Nota da Redação: matéria redigida a partir de informações do Andes-SN e da Adufpel.)



Daniel Garcia

Abertura do 39º Congresso do Andes-SN, que reuniu 460 delegados no CDI da USP

# Quase um ano depois, Reitoria não concluiu relatório sobre morte do aluno Filipe na Poli

Homenagens ao estudante do curso de Geografia marcaram a recepção aos calouros e calouras em 19/2. Pais de Filipe Varea Leme participaram dos eventos — e exigem que a USP se responsabilize pelo caso. Ele era monitor do Laboratório de Informática da Escola Politécnica e faleceu em 30/4/19 dentro de um elevador da unidade, realizando tarefa estranha às suas atribuições

Lembranças, respeito, carinho e também cobranças pela postura omissa da universidade marcaram as cerimônias que homenagearam o estudante Filipe Varea Leme no dia 19/2/2020 no auditório da Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Aluno do nono semestre de Geografia, Filipe, de 21 anos, morreu num acidente no dia 30/4/2019, quando foi requisitado para carregar um armário cheio de livros num elevador da Escola Politécnica (<http://bit.ly/39R01P1>).

O estudante era monitor do Laboratório de Informática da Poli e foi vitimado numa situação em que estava claramente em desvio de função, trabalhando numa mudança. Passado quase um ano da tragédia, a USP ainda não divulgou o resultado da comissão sindicante instaurada para apurar as circunstâncias do caso. “A indignação é muito grande. Estamos lutando contra o Estado”, disse ao *Informativo Adusp* a mãe do estudante, Ester Varea Leme.

Poucos dias após o acidente, a diretora da Poli, professora Liedi Bernucci, assinou portaria constituindo uma comissão sindicante para apurar o caso. O colegiado jamais chegou a se reunir, porque o seu presidente, professor Luciano Anderson de Souza, docente da Faculdade de Direito (FD), renunciou ao cargo. A Poli dissolveu a comissão e informou que a instauração da sindicância passaria a ser atribuição da Reitoria da USP, não cabendo mais à unidade o “acompanhamento do processo”, como registrou a professora Liedi em e-mail enviado na época ao *Informativo Adusp*.



Fotos: Daniel Garcia

Ester Varea Leme, mãe de Filipe: “Indignação é muito grande”

A Reitoria formou então uma comissão sindicante, presidida por Gustavo Badaró, professor titular de Direito Processual Penal na FD. “A sindicância tramita em regime de acesso restrito, razão pela qual não poderei dar informações sobre o conteúdo dos atos realizados”, disse o professor em e-mail encaminhado ao *Informativo Adusp*. Pela mesma razão, prosseguiu, também não poderia fazer comentários “sobre as medidas e procedimentos encaminhados pela comissão ao longo do trabalho”.

De acordo com Badaró, no final de janeiro a comissão apresentou seu relatório final. O advogado da família Varea Leme pôde assistir às reuniões, mas até o fechamento desta reportagem ainda não tinha tido acesso ao documento. Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa da Reitoria informou que o relatório vai passar “pela análise jurídico-formal da Procuradoria Geral da universidade” e posteriormente “será encaminhado ao reitor” Vahan Agopyan. Não foram mencionados prazos para esses procedimentos.

De acordo com o advogado da família, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) também aguarda a entrega do resultado da sindicância para dar sequência ao processo criminal referente ao caso. Os pais de Filipe movem ainda uma ação na esfera civil na qual pleiteiam uma indenização e, mais importante do que isso, demandam que a



Professora Marta Marques: “Filipe está presente entre nós”

USP se responsabilize e se explique em relação ao caso — “o que não fez até agora”, ressaltava Fábio Moraes Leme, pai do estudante. “Não vamos sair daqui até que alguma coisa aconteça para que fatos assim não se repitam, para que os alunos da USP sejam preservados e as pessoas não fiquem expostas.”

**“Blindagem”.** A reportagem acompanhou a primeira das cerimônias em homenagem a Filipe, realizada na tarde de 19/2 com a presença dos seus pais. A segunda seria realizada à noite, também com participação de Fábio e Ester Leme. As atividades foram organizadas — como parte da agenda de recepção aos calouros e calouras — pela diretoria do centro acadêmico da Geografia, que passou a se chamar Centro de Estudos Geográficos Filipe Varea Leme (CEGE).

Os alunos ingressantes receberam um kit com uma ecobag, camiseta e bottom com a silhueta de Filipe.

Depoimentos de professores e estudantes salientaram a intensa participação do aluno nas mais variadas atividades na USP. “O Filipe teve uma presença importante entre nós e isso precisa ser lembrado. Ele conseguia agregar e acolher e está presente entre nós pelo que marcou na vida de quem passou por aqui”, disse a professora Marta Marques. “O estudar não é só na sala de aula: é participar dos GTs (Grupos de Trabalho), do CEGE, da Semana de Geografia, é jogar futebol, ir às bibliotecas, aos museus, apropriar-se da universidade. E o Filipe fazia tudo isso”, lembrou a professora Glória da Anunciação Alves.

Matheus Ferreira Fernandes, da diretoria do CEGE, se emocionou ao recordar que conheceu Filipe ao vi-



Fotos: Daniel Garcia

Professoras Sueli Furlan e Marta Marques cumprimentam os pais de Filipe

sitar a USP durante a Semana de Geografia de 2016. Matheus estava então no terceiro ano do ensino médio numa escola pública, e foi a participação no evento organizado pelos alunos que lhe abriu o interesse e a perspectiva de fazer o curso. No ano seguinte, ingressou na USP por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e passou então a se envolver em outras atividades nas quais Filipe também atuava.

A professora Sueli Furlan, chefe do Departamento de Geografia da FFLCH, destacou que Filipe “era um aluno brilhante, criativo, cheio de energia, colaborador com os colegas, generoso e carinhoso”. “Ele se tornava presente, e era muito evidente a alegria com que se engajava em tudo o que fazia”, disse.

A professora ressaltou, entretanto, que “as coisas bonitas não apagam os problemas que a universidade tem”. “Ainda guardamos uma indignação muito forte. Existe na universidade uma forte blindagem de alguns assuntos que ficam muito protegidos”, lamentou. “Os processos de sindicância não são respeitosos. Eu me sinto muito desconfortável porque gostaria de me sentir respeitada. A universidade é um conjunto interagentes e solidário, mas não houve solidariedade com a FFLCH, com os estudantes e com o Departamento de Geografia.”

Na avaliação da docente — que chegou a integrar, como representante da FFLCH, a comissão de sindicância criada na Poli e depois dissolvida — falta transparência na apuração e no encaminhamento que a USP vem dando ao caso. Tratar dessas situações de forma clara ajudaria “a antecipar problemas dos estudantes”, afirmou Sueli aos alunos ingressantes. “Nós lidamos com vidas e nos envolvemos muito com vocês.”

**Dor e orgulho.** A homenagem foi encerrada com uma fala de Ester Varea Leme, carregada de emoção, serenidade e dignidade. A mãe de Filipe agradeceu aos alunos por terem tomado a iniciativa e para-

benizou os calouros e calouras por seu ingresso na USP. “Meu filho participou de tudo e vivenciou tudo. Ele punha amor e muita responsabilidade em tudo o que fazia. Ele amadureceu muito nesses anos, viajou muito, conheceu muita gente, e não retinha para ele o conhecimento. Tudo o que aprendia, ele passava para outras pessoas”, disse.

“Ele não concordava com a injustiça, e por ironia do destino houve esse acidente que nós lamentamos, que dói em nós, principalmente nos pais, familiares e nos amigos que participaram dessa rede que nos acolheu. Quero que vocês tenham o mesmo vigor em estudar e participar de todas as atividades, porque vi que para o meu filho foi enriquecedor”, continuou. “Fico com a dor, só que também fico com o orgulho e espero que cada um de vocês seja um orgulho dos seus pais, dos seus familiares, dos seus avós, e que todos possam ter uma carreira brilhante e maravilhosa. Só tenho a agradecer à parte que foi solidária conosco. Para mim é um orgulho ver o nome do meu filho numa coisa tão bonita que é a educação”, encerrou, recebendo uma longa salva de aplausos.

Após a cerimônia, Fábio e Ester Leme conversaram com a reportagem do *Informativo Adusp* e deixaram clara sua indignação com o comportamento da Poli e da Reitoria da USP. “Todo o apoio veio da FFLCH. A postura da Poli é lamentável, e ainda esperamos a boa vontade do reitor para ter acesso ao relatório”, disse o pai de Filipe.

O descaso da unidade em que ocorreu o acidente está expresso em situações como a descrita por um dos servidores ouvidos na comissão sindicante, segundo o qual pelo menos dez novas medidas de segurança foram tomadas na Poli depois do acidente que vitimou Filipe. “Como um prédio de uma faculdade de engenharia não tem normas de segurança?”, pergunta a mãe do estudante. “A USP tem que responder pela causa e efeito, e não se esconder”, defende Fábio Leme.

## DRH volta a estipular datas das férias dos docentes

Docentes da USP acabam de receber um novo e-mail do Departamento de Recursos Humanos da Coordenadoria de Administração Geral (DRH-Codage) a respeito de prazos para o cumprimento de férias. Mais uma vez, trata-se de mensagem lacônica, sem maiores explicações.

“Comunico que foram geradas férias na data limite de gozo: xis dias, a partir de xis/01/2022 no exercício 2019. Fica facultada a alteração do período de gozo (data [de] início e nº de dias), observada a legislação vigente”, diz a mensagem enviada no dia 7/2/2020. Obviamente o número de dias e a data de início variam conforme o/a docente.

A Adusp não foi consultada, sequer comunicada a respeito dessa decisão do DRH-Codage. Que faz lembrar a vez anterior em que o DRH estipulou férias compulsórias para muitos docentes, conforme relatado à época (novembro de 2017) pelo *Informativo Adusp*: “No dia 1º de novembro muitos professores receberam com surpresa um e-mail do sistema Marte Web da USP com o título ‘notificação de férias’, no qual a Universidade informava, com alguma incoerência, que ‘Sua solicitação de férias foi gerada automaticamente pelo sistema no final do período’, atribuindo-se assim 5 dias de férias compulsórias entre os dias 18 e 22 de dezembro de 2017”.

Depois de algumas tentativas, a direção da Adusp, acompanhada do departamento jurídico da entidade, conseguiu reunir-se com o então coordenador da Codage, Marcelo Dottori, em 14/12/2017. Na ocasião a Adusp apresentou seu entendimento do assunto, a saber: “que a portaria 6.785 da USP, esteio para a medida, não se conformaria com a legislação (Lei 10.261/68 - Estatuto do Funcionalismo Público de São Paulo) que estabelece o gozo de férias para o período seguinte ao aquisitivo e permite a fixação em planejamento organizado pelos Departamentos e Unidades em interação com os servidores para o

período máximo de até 2 anos” (<http://bit.ly/3bVGyyA>).

Um parecer jurídico sustentando essa posição foi encaminhado ao novo coordenador da Codage, Luiz Gustavo Nussio, em 3/9/2018. Tratava-se de uma proposta de reformulação da Portaria 6.785/2017, apresentada com a finalidade declarada de “superar os vários inconvenientes e problemas decorrentes da imposição de períodos compulsórios de férias, por parte da administração central da universidade e melhor contemplar as atribuições administrativas de departamentos e unidades” (confira aqui: <http://bit.ly/2T4vCGj>). No mesmo documento a Adusp solicitava uma audiência para tratar do assunto. No entanto, nunca houve uma resposta oficial da Codage ao parecer.

Uma docente pediu explicações ao DRH da unidade sobre o e-mail enviado em 7/2/2020: “Peço esclarecimento sobre [a] mensagem abaixo, uma vez que não tenho saldo de férias de 2019. Além disso, qual a relação com 2022?”. Em resposta, uma funcionária do DRH fez referência à recente Portaria GR 7.590, de 22/1/2020, e informou o seguinte: “Conforme regulamenta a nova Portaria, todos sob o regime estatutário terão, a partir deste ano, [que] usufruir as férias até o último dia de janeiro do segundo ano civil subsequente ao de sua concessão. De qualquer maneira, [você] poderá antecipar o período agendado compulsoriamente pelo DRH, a qualquer tempo, desde que não ultrapasse a data compulsória”.

Em resumo: a Codage recuou na questão das férias e acabou aceitando, na Portaria 7.590/2020, o entendimento correto, que era o apresentado pela Adusp já em 2017 e reiterado em 2018. Apesar disso, a Codage insiste no método impositivo, ao invés de procurar a representação sindical dos docentes e buscar um método mais amistoso de conduzir o assunto. Além disso, omite informações básicas e adota um estilo “telegráfico” que gera apreensões e incertezas.

# Alesp cria CPI para investigar denúncias de violência sexual contra estudantes das universidades

A nova Comissão Parlamentar de Inquérito insere-se na estratégia da base governista na Alesp de evitar a investigação de graves irregularidades na Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa), empresa controlada pelo governo estadual. Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, ex-diretor da Dersa, está preso sob acusação de desvio de recursos de obras realizadas entre 2009 e 2011, nas gestões dos governadores tucanos José Serra, Alberto Goldman e Geraldo Alckmin, e é acusado de ser operador de esquemas de caixa dois para campanhas eleitorais do PSDB

Depois de abrigar, em 2019, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar “irregularidades na gestão das universidades públicas no Estado de São Paulo, em especial quanto à utilização das verbas públicas repassadas a elas” – cujo pífio relatório final nada trouxe de substancial (<https://bit.ly/2P8kQhe>) após seis meses de sessões convertidas em palco para ataques ao ensino superior público, exibições de desinformação explícita de deputados e até agressões verbais de membros da CPI a dirigentes universitários convocados a depor –, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) volta a colocar as universidades no foco.

No dia 4/2/2020, o *Diário Oficial do Estado* publicou ato do presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB), determinando a criação de CPI destinada a “apurar denúncias de violência sexual praticada contra estudantes de instituições de ensino superior no Estado de São Paulo, no último ano”.

O requerimento para a criação do colegiado partiu da deputada Maria Lúcia Amary (PSDB). Na justificativa, a deputada cita levantamento realizado em 2016 pelo Instituto Avon/Data Popular dando conta de que 67% das mulheres universitárias admitiam já ter sofrido algum tipo de violência no ambiente acadêmico, enquanto 36% já haviam deixado de fazer alguma atividade por causa de medo ou preconceito. “Tais fatos deveriam ser inexistentes, e jamais comuns no ambiente universitário”, escreveu a deputada no requerimento – assinado, entre outros, por parlamentares que integraram a CPI das Universidades em 2019, como Wellington Moura (Republicanos), Carla Mo-

rando (PSDB), Leci Brandão (PCdoB) e Professor Kenny (PP).

Procurada pelo *Informativo Adusp* para falar sobre os casos que motivaram seu requerimento, a deputada tucana respondeu, por meio de sua assessoria, que “como a CPI ainda não foi instaurada, não surgiram novas denúncias”. É uma resposta estranha, uma vez que o requerimento fala em “apurar denúncias de violência sexual praticada contra estudantes” – há casos, portanto, que já deveriam ser do conhecimento da parlamentar. Por sua vez, o Regimento Interno da Alesp determina em seu artigo 34 que uma CPI só pode ser criada “para apuração de fato determinado”.

Também não há no requerimento menção a instituições específicas, o que faz supor que a investigação pode abarcar universidades públicas e privadas. As lideranças partidárias têm até o próximo dia 19/2 para indicar os nove nomes que vão compor o colegiado, com seus respectivos suplentes.

**“Falta de preparo”.** Maria Lúcia Amary cita em sua justificativa a chamada CPI dos Trotes, realizada em 2015 na Alesp e que investigou violações dos direitos humanos, especialmente nos trotes e festas no âmbito acadêmico (<https://bit.ly/329Ow2l>). “Após o término dos trabalhos da comissão, algumas medidas foram sugeridas, parte delas até acatadas, todavia, novos casos de violência, principalmente sexual (física ou moral) voltaram a acontecer, e não só em trotes, mas também na rotina das estudantes”, escreve. “Não bastasse a falta de preparo das universidades para o acolhimento das vítimas, há silenciosamente para não prejudicar a imagem



CPI foi requerida pela deputada tucana Maria Lúcia Amary

das instituições. Desta forma, parte das mulheres opta por não fazer a denúncia formal, por não acreditarem nas instâncias de apuração, e também por receio de terem, além de danos psicológicos e emocionais, possíveis prejuízos às suas futuras carreiras.”

A realização de trotes violentos e com conotações machistas, racistas e homofóbicas contra calouros e calouras, especialmente dos cursos das faculdades de Medicina da USP em São Paulo (FM) e em Ribeirão Preto (FMRP), foi tema de sessões daquela CPI e também da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (CDD) entre 2014 e 2015, como registrou reportagem da *Revista Adusp* publicada no final de 2015 (<https://bit.ly/2V973e8>).

À reportagem, o então deputado Adriano Diogo (PT), presidente da CPI, afirmou que a FM enviava advogados (procuradores) para “embaraçar” os trabalhos. “Todos os dias eles estavam lá me intimidando, me coagindo, esvaziando a sessão para que não desse quórum”, disse à revista.

**CPI da Dersa.** A criação da CPI sobre violência sexual nas universidades se insere na estratégia da bancada governista na Alesp de evitar a instalação de uma comissão para investigar irregularidades na Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa), empresa de infraestrutura controlada pelo governo do Estado. O ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, está preso sob acusação de desvio de recursos de obras realizadas entre 2009 e

2011, durante os mandatos dos governadores José Serra, Alberto Goldman e Geraldo Alckmin, e é também acusado de ser operador de esquemas de caixa dois para campanhas eleitorais tucanas.

Em março do ano passado, assessores de deputados do PSDB e de outros partidos da base governista na Alesp permaneceram numa fila por mais de sessenta horas – da noite de sexta-feira até a manhã da segunda-feira seguinte – para protocolar pedidos de criação de CPIs. Só podem funcionar simultaneamente na casa cinco dessas comissões, e a instalação é por ordem de inscrição. O requerimento para a CPI da Dersa, para o qual a oposição conseguiu número suficiente de assinaturas, ficou na décima-segunda posição.

No ano passado, foram realizadas as cinco primeiras CPIs da fila, entre elas a que se dedicou à gestão das universidades públicas e outra que investigou a venda de animais em *pet shops*. Neste ano, serão instaladas, além da requerida por Maria Lúcia Amary, CPIs dedicadas a investigar irregularidades na contratação dos serviços de transporte escolar no Estado, segurança dos alojamentos mantidos por clubes esportivos, contratos de quarterização praticados pelo governo com o terceiro setor e os casos de *fake news* no Estado nas eleições de 2018.

As CPIs têm de quatro a seis meses para a conclusão de seus trabalhos. A depender da data de instalação e do ritmo das atividades, é possível que novas comissões sejam instaladas ainda no segundo semestre do ano, o que propiciaria finalmente a criação da CPI da Dersa.

# Oposição resiste, e votação da reforma da Previdência ficou para depois do Carnaval

A sessão destinada à votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição 18 (PEC 18/2019) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) na noite desta quarta-feira (19/2) foi suspensa depois de bate-bocas, agressões e tumulto envolvendo deputados de vários partidos.

A votação da PEC 18/2019, que integra o pacote de medidas que alteram o regime de Previdência dos servidores públicos estaduais, deve ocorrer na primeira semana de março, depois do Carnaval.

Episódios semelhantes já haviam ocorrido na terça-feira (18/2), quando o projeto foi aprovado em primeiro turno pelo número



Servidores protestam contra PEC 18/2019 e PLC 80/2019, na sessão de 19/2 da Alesp

mínimo de votos: 57 a favor e 31 contrários. Vários parlamentares ligados às corporações policiais votaram contra a PEC.

A reforma da Previdência do Estado só voltou à ordem do dia na Alesp depois das decisões tomadas na segunda-feira (17/2) pelo presidente

do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que suspenderam os efeitos de duas liminares que barravam a tramitação da reforma (<http://bit.ly/39NwCFs>).

O pacote da reforma da Previdência enviado à Alesp pelo governo de João Doria (PSDB) inclui ainda o Projeto de Lei Complementar 80 (PLC 80/2019), que, até por decisão judicial, só poderá ser votado após a aprovação da PEC 18/2019. Entre as medidas previstas pela reforma estão o aumento da idade mínima

para a aposentadoria e o aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores estaduais de 11% para 14%.

## #8M terá ato na Av. Paulista (8/3) e “piquenique feminista” (11/3)

Em São Paulo, a principal agenda do movimento das mulheres neste 8/3, um domingo, será o Ato Unificado “Mulheres contra Bolsonaro! Por nossas vidas, democracia e direitos! Justiça para Marielle, Claudias e Dandaras”, que ocorrerá na Avenida Paulista, a partir das 14 horas (concentração no número 1.853). Adusp, Sintusp, DCE-Livre e Rede Não Cala participarão do evento. No dia 14/3 (sábado), às 17 horas, haverá um novo ato na Avenida Paulista, denominado “Quem mandou matar Marielle? Dois anos de luto e luta por justiça!”. A concentração será na Praça do Ciclista.

A agenda específica da USP terá início no dia 11/3, quarta-feira, ao meio-dia, na Cidade Universitária do Butantã, com a realização de um “Piquenique Feminista” na Praça do Relógio, em frente à Reitoria. Em seguida, haverá uma passeata até a Creche Central. No dia 12/3, quinta-feira, no Campus de Ribeirão Preto, no Anfiteatro Lucien Lison, haverá a mesa-redonda “8 de Março na USP”.

“Vivemos hoje em um país em que as instituições que deveriam promover ações de igualdade e reparação, ao contrário, constroem políticas de ataques sistemáticos aos direitos fundamentais de mulheres, pessoas negras, comunidade LGBTQ+, populações carentes e etnias indígenas. Na USP, as mulheres estudantes, docentes, funcionárias técnico-administrativas e trabalha-

doras terceirizadas têm se organizado para lutar por seus direitos e para seu fortalecimento diante das desigualdades de gênero, comprovadas pela hegemonia masculina em altos cargos, pela desigualdade no trato e pelas violências cotidianas, tão banalizadas que podem passar despercebidas”, diz um folheto preparado pelas entidades.

“Além dos assédios recorrentes, as mulheres são prejudicadas em seus estudos e em suas carreiras e também nos processos de avaliação. As mães são especialmente afetadas pela falta de creche e de apoio institucional. As trabalhadoras terceirizadas são ainda mais vulneráveis a todas as violências de gênero. Some-se a isso a questão da saúde mental, que não recebe o tratamento devido, e a precarização das condições de trabalho que afeta especialmente as mulheres”.

De acordo com o documento, a USP reproduz a violência ao não perceber em sua integralidade e ao responder ao que percebe de forma frágil e pouco efetiva. “Apesar das respostas efetivas que vêm sendo construídas por grupos e coletivos na universidade, sentimos a urgência de empoderar, dar visibilidade e ampliar em números e condições tais iniciativas”.

**Maria Arminda.** A USP conta atualmente com 2.210 professoras, vale dizer: 37,81% dos seus 5.844 docentes. Elas enfrentam maiores dificuldades para ascen-

der na carreira ou para obter o reconhecimento proporcional às suas contribuições científicas e à sua inserção acadêmica. Além disso, num cenário de produtivismo acadêmico exacerbado, que afeta o conjunto do corpo docente da USP, as professoras podem sofrer punições adicionais, como prova o caso da docente Cynthia Ferreira, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), recentemente abordado pelo *Informativo Adusp* (<http://bit.ly/2PdJ6OG>).

Em carta dirigida à coordenadora do Escritório USP Mulheres, professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, a Associação dos Docentes da USP (Adusp) e a Rede Não Cala USP discorrem sobre tais questões, e outras correlatas, “que têm incomodado a comunidade docente, especialmente as mulheres, que, assim como em outros espaços da sociedade, sentem-se prejudicadas pela desconsideração de elementos que são próprios de nossa condição de mulher”.

A distribuição das mulheres nos diferentes níveis da carreira docente “mostra que ainda há muito a batalhar para que tenhamos igualdade de gênero dentro da Universidade”, observa o documento, segundo o qual as mulheres são 43% no segmento de professores doutores, 36% dos professores associados e 28% dos professores titulares”.

De acordo com a carta, “é fundamental que as instituições de

ensino, pesquisa e extensão universitária se envolvam na remoção de barreiras sociais e culturais que impedem mulheres de conquistar os espaços, concretos e simbólicos, e atingir todo o seu potencial dentro da universidade e na sociedade como um todo”, conforme enunciado pelo Programa HeforShe (*ElesPorElas*) da ONU Mulheres, do qual a USP é signatária e que motivou a criação do Escritório USP Mulheres.

“Contudo”, afirma o documento encaminhado a Maria Arminda em 5/12 (e que continua sem resposta da coordenadora), “nos últimos anos, a Universidade de São Paulo parece caminhar na contramão do compromisso assumido com a ONU Mulheres, que inclui a elaboração e implementação de uma visão comum da igualdade entre os gêneros sem que haja atitudes e comportamentos machistas”.

Adusp e Rede Não Cala citam o “processo de desmantelamento sistemático das creches na USP” iniciado em 2014, o qual, “culminando com o fechamento arbitrário da Creche Oeste em 2017”, revela que “a Reitoria vem adotando procedimentos que não condizem com o programa *ElesPorElas*”.

Outro aspecto relativo à temática de gênero na USP e destacado pela carta diz respeito exatamente às dificuldades que as docentes mães enfrentam nos processos de avaliação, nos períodos que incluem as licenças-maternidade.

# Governador tenta revogar novo teto salarial e declara “guerra judicial” ao Cruesp

Procuradora geral do Estado, Maria Lia Porto Corona, pediu ao STF que admita o Estado de São Paulo (representado pela PGE) como *amicus curiae* na ADI 6.257 e ao mesmo tempo pede a derrubada da liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli que equipara o limite de vencimentos vigente na USP, Unesp e Unicamp (e demais universidades estaduais do país) ao teto salarial das universidades federais

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE) apresentou em 24/1 petição ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para que seja admitida como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.257, ajuizada pelo Partido Social Democrático (PSD) a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). Na mesma petição (vide <https://bit.ly/32ikA4r>), a PGE solicita nada menos que a *revogação* da medida cautelar (liminar) decidida uma semana antes (em 18/1) pelo ministro Dias Toffoli, presidente do STF, que acatou os argumentos da ADIN e assim igualou o teto salarial dos docentes das universidades estaduais de todo o país ao teto salarial das universidades federais, de cerca de R\$ 39 mil (<https://bit.ly/2SN63uB>).

A PGE representa o Estado de São Paulo nos tribunais. Seu pedido de admissão na causa como *amicus curiae* (“amigo da corte”), assinado pela procuradora geral do Estado, Maria Lia Porto Corona, e pela procuradora do Estado assessora, Camila Kühn Pintarelli, pode ser aceito ou recusado por Gilmar Mendes. E, ainda que seja admitida como *amicus curiae*, seus pedidos referentes ao mérito da ADI — além da revogação da cautelar, medidas como “a inclusão do processo em pauta para apreciação da cautelar deferida” e a “improcedência [definitiva] do pedido” — não necessariamente serão aceitos pelo tribunal.

Para justificar sua admissão na condição pleiteada, a PGE alega que a cautelar deferida pelo ministro Toffoli “ao literalmente conceder aumento a servidores sob o manto de isonomia, o que é vedado pela Súmula 339, deste Sodalício [tribunal] – interfere diretamente na autonomia orçamentária e administrativa dos entes federativos”, fato que seria agravado “pela notória e conhecida si-

tuação de penúria econômica” vivida pelos Estados. “Torna-se evidente, assim, o interesse do Estado de São Paulo em intervir no presente feito e auxiliar a formação do convencimento deste e. Sodalício [egrégio tribunal]”.

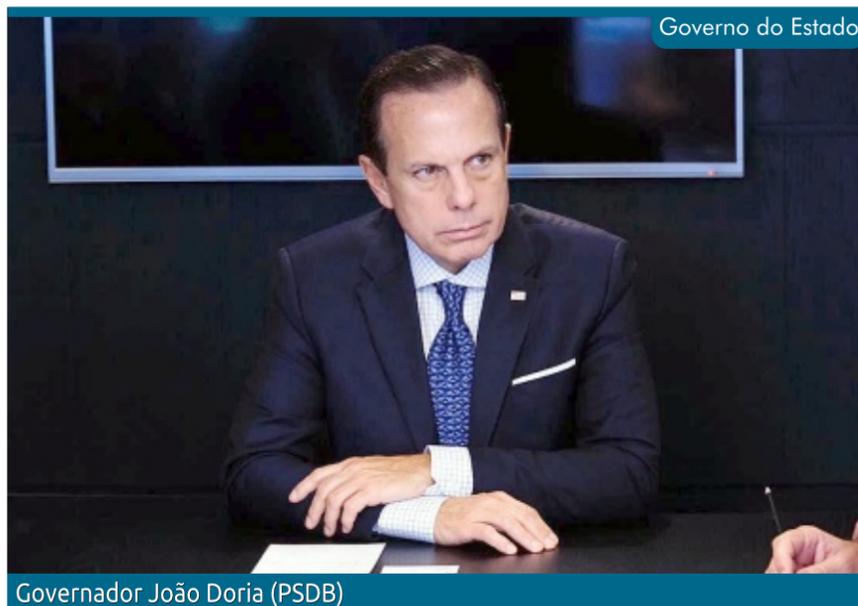
Obviamente, o intuito da PGE é impedir o aumento do teto salarial nas universidades estaduais paulistas: USP, Unesp e Unicamp. Como o procurador geral do Estado é nomeado pelo governador, e esse vínculo invariavelmente gera uma subordinação da PGE ao governo estadual (que, no entanto, não deveria ocorrer de forma alguma), é difícil imaginar que uma iniciativa de tal importância tenha sido tomada pela procuradora geral Maria Lia sem o aval do governador João Doria (PSDB). Pode-se dizer que a decisão de pedir a revogação da cautelar proferida por Toffoli equivale a uma “declaração de guerra” do Palácio dos Bandeirantes ao Cruesp.

Depois de alguns dias, os reitores reagiram. “A propósito da petição apresentada recentemente pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a revogação da medida cautelar expedida pela presidência do próprio STF, que equiparou o teto salarial das universidades públicas estaduais ao das federais, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) informa que está analisando o caso para tomar as medidas cabíveis”, registrou o presidente do Cruesp, Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, em nota emitida no dia 30/1.

“Importante destacar que a implantação do novo teto remuneratório, estabelecido pela medida cautelar concedida em 18/01/2020, pela presidência do STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.257/DF, se dará a partir da publicação da decisão liminar”, diz ainda a nota. Por fim, os reitores reiteram seu entendimento de



Reitor Marcelo Knobel, presidente do Cruesp



Governador João Doria (PSDB)

que a decisão do presidente do STF “representa um passo importante para corrigir distorções da Constituição Federal e evitar a fuga de docentes e pesquisadores das universidades estaduais paulistas, preservando, assim, as condições necessárias para que elas se mantenham entre as melhores da América Latina, contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento sustentável do país”.

Como a decisão de Toffoli foi publicada nesta segunda-feira (3/2), a Unicamp saiu na frente e anunciou, em nota da Reitoria, o imediato cumprimento da medida: “A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cumprindo a decisão cautelar proferida (ADI 6257/DF) e publicada em 3/2/2020, comunica que em março de 2020 (referente à folha de fevereiro) fará o pagamento dos vencimentos de docentes e pesquisadores, observando o limite remuneratório fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).”

A USP só anunciou medida idêntica 48 horas depois. “Em complementação às mensagens anteriores que trataram da alteração do teto salarial dos professores das universidades estaduais,

comunico que a decisão cautelar (liminar) referente à ADI 6257 foi publicada no dia 3/2/2020, no Diário da Justiça Eletrônico”, avisou, em nota emitida em 5/2, o vice-reitor Antonio Carlos Hernandez, no exercício da Reitoria. “Em cumprimento a essa decisão judicial, a Universidade de São Paulo fará os pagamentos dos vencimentos de docentes em março de 2020 (referente à folha de fevereiro), observando o limite remuneratório fixado pelo Supremo Tribunal Federal”.

Até a decisão de Toffoli, o teto salarial do funcionalismo público estadual paulista, incluindo os docentes das universidades estaduais, correspondia ao subsídio do governador, atualmente fixado em R\$ 23 mil. Aprovada por ampla margem de votos na Assembleia Legislativa, a Emenda à Constituição Estadual (EC) 46/2018 instituiu um novo teto: o salário dos desembargadores do Tribunal de Justiça – TJ-SP (<https://bit.ly/38LmTPY>). No entanto, ela foi contestada por uma ADI Estadual, acatada pelo TJ-SP em decisão altamente questionável, mas mantida pelo STF ao julgar recursos contrários.